


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: 1011169-25.2017.8.26.0566
 Classe – Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerentes: Rubens Pereira de Souza e Vanda Rodrigues de Freitas Souza
 Requerida: **Patrícia Pereira de Souza**, RG 48.496.543-8 SSP/SP, CPF 389.148.228-00, nascida em Araraquara-SP em 11/04/1992, filha dos requerentes Rubens Pereira de Souza e Vanda Rodrigues de Freitas Souza, falecida em 23/08/2017.
 Requerente-autorizada: **Vanda Rodrigues de Freitas Souza**, brasileira, casada, desempregada, RG 26.053.576-X SSP/SP, CPF 139.668.858-75, residentes nesta cidade na Rua Major Luiz Tavares Bastos, 302, Parque Residencial Maria Stela Fagá, CEP 13568-380.

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Os requerentes pretendem a expedição de alvará judicial para transferirem o veículo/motoneta "HONDA, BIZ 125 ES, placa BYV 1731, ano/modelo 2010, chassi 9C2JC4220AR322338, combustível gasolina, cor bege, Código Renavam 00201745615", registrado em nome de sua filha Patricia Pereira de Souza, falecida em 23/08/2017. O requerente exibiu a certidão de óbito e o CRLV do veículo.

É o relatório. Fundamento e decido.

Os documentos de fls. 06/26 informam que os requerentes são genitores de Patricia Pereira de Souza, que foi a óbito em 23/08/2017, e deixou apenas o veículo acima indicado, cujo documento consta de fls. 22/24. Na certidão de óbito de fls. 08, consta que a falecida era solteira, deixou bens mas não deixou testamento conhecido.

Os genitores-requerentes, na qualidade de herdeiros legítimos-necessários, têm, pois, legitimidade para o pedido que envolve não só a possibilidade de venda como a de transferirem para quem lhes aprouverem o veículo mencionado (art. 1.784 c.c. o inciso II do art. 1.829, todos do Código Civil).

Os requerentes informaram que a filha-falecida percebia benefício de auxílio doença por incapacidade laborativa, NB 21/172.505.468-7, e que sua genitora estava pleiteando, em seu favor, a conversão em pensão por morte uma vez que era dependente econômica da falecida. Não foi formulado na inicial pedido de levantamento dos resíduos dos créditos

1011169-25.2017.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

previdenciários decorrente do passamento da requerida. Nem por isso o juiz estaria impedido de deferir essa liberação, evitando com isso trabalho desnecessário com a repetição de procedimento de jurisdição voluntária. O pedido inicial deve ser interpretado na espécie com suficiente abrangência para contemplar alvará para o saque do insignificante valor. O acesso ao judiciário também deve primar pela facilitação da resolução de pormenores como esse verificado nos autos.

A requerente ficará responsável pelo pagamento da cota-parte do outro herdeiro nesse bem, de acordo com o artigo 272 do CC, sob as penas da Lei.

Inexiste óbice ao deferimento do pedido.

DEFIRO O PEDIDO INICIAL para conceder **ALVARÁS** para que o Espólio da requerida Patrícia Pereira de Souza, a ser representado pela requerente **Vanda Rodrigues de Freitas Souza** (supraqualificados), possa: **1)** proceder perante o DETRAN à **transferência do veículo**/motoneta "HONDA, BIZ 125 ES, placa BYV 1731, ano/modelo 2010, chassi 9C2JC4220AR322338, combustível gasolina, cor bege, Código Renavam 00201745615", para o seu nome ou para quem lhe aprouver, compreendendo a autorização judicial os poderes para a venda, transferência, recebimento, quitação e assinatura em papéis e documentos para a consecução desses objetivos; **2) sacar** no INSS o valor do resíduo de crédito do benefício NB nº **21/172.505.468-7** (inclusive respectivos consectários legais e 13º proporcional). A autorizada poderá receber, dar quitação e assinar os papéis e documentos necessários à consecução desse objetivo. Concedo aos requerentes os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita (anote). **Esta sentença valerá como instrumentos de ALVARÁS** para os fins aqui expressos, competindo ao advogado dos requerentes materializar esta sentença/alvarás assim que publicada nos autos. Prazo de validade do alvará: 180 dias.

A requerente-autorizada ficará responsável pelo pagamento da cota-parte do outro herdeiro nesses bens, de acordo com o artigo 272 do CC.

P.I. Com a assinatura digital lançada nesta sentença, dar-se-á automaticamente o trânsito em julgado, dispensando o cartório de lançar certidão, valendo este registro para todos os fins de direito. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, imediatamente.

São Carlos, 17 de outubro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA